



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682465 - SP (2021/0233248-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ANA PAULA DA SILVA
ADVOGADO : ANA PAULA DA SILVA - SP401560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R S M (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R S M em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2139623-16.2021.8.26.0000).

Foi aplicada ao paciente a medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006).

Nesta via, a impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a imposição da medida socioeducativa de internação e afirma que a providência adotada não está amparada em quaisquer das hipóteses previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Alega que a imposição de medida que restringe a liberdade do adolescente é excessivamente gravosa em relação à conduta praticada e aos predicados pessoais do adolescente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para impor ao paciente a medida socioeducativa de liberdade assistida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que há plausibilidade jurídica no pleito.

O Tribunal *a quo* afastou o alegado constrangimento ilegal quanto à imposição da medida socioeducativa de internação com base na seguinte fundamentação (fls. 23-24):

Deste modo, não se vislumbrando na decisão da autoridade impetrada, respaldada nos artigos 112, inciso VI e § 1º, e 122, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, qualquer teratologia ou ilegalidade que permita o afastamento da regra do não cabimento do remédio heroico com a finalidade buscada pelo impetrante; não pode a ordem ser concedida.

E, a justificar a medida imposta, colhe-se da decisão vergastada (fls. 101/106 autos de origem): Como se vê, o adolescente confessou os fatos, afirmando que estava realizando o tráfico de entorpecentes há duas semanas [...] Em que pese a preliminar arguida pela defesa, observo que a internação se faz necessária

para que se aplique ao representado o tratamento que possibilite sua readaptação à sociedade, pois a conduta demonstra intensa periculosidade, por movimentar toda uma estrutura criminoso (tráfico). Ademais, o laudo psicossocial concluiu que: "(...) O uso de maconha; a precária crítica sobre sua vulnerabilidade social, a evasão escolar, a frequência a círculos de amizades pouco salutares, laceiam parte de seus valores morais. Assim, constata-se sob a ótica psicossocial, ser necessária abordagem a R em relação ao uso de maconha por equipe de Saúde Mental e, essencial o auxílio profissional para que o jovem desenvolva um "projeto de vida" que possibilite a agregação interna de conteúdo, algo que poderá ser decisivo para seu futuro, ainda que apresente condições para compreender a medida socioeducativa que lhe for determinada a cumprir." (fls. 70/72).

Confira-se, sobre o tema, precedente do Superior Tribunal de Justiça: Porém, diante da realidade atual, as instâncias ordinárias entenderam, ao menos por ora, ser mais seguro para o paciente receber o tratamento diretamente no ambiente prisional, um direito assegurado aos presos, com os recursos disponibilizados pelo Estado, notadamente diante das dificuldades enfrentadas pelo sistema público de saúde decorrente do crescente do número de pessoas infectadas pelo covid-19. (STJ; Habeas Corpus nº 569.583-SP; rel. Reynaldo Soares da Fonseca; Decisão Monocrática; j. 30/03/2020).

Portanto, não se verifica qualquer constrangimento ilegal na decisão hostilizada.

Nos termos do enunciado sumular 492/STJ, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, embora seja socialmente reprovável, não conduz, obrigatoriamente, à imposição de medida socioeducativa de internação, que somente pode ser decretada nas hipóteses previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO FATO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. Nos termos do art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, por meio de decisão necessariamente fundamentada em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrando-se, ademais, a imperiosidade da medida.

2. Na hipótese, pode-se verificar que a internação provisória do paciente foi decretada com base na gravidade in abstracto do ato infracional supostamente praticado, sem a demonstração, com base em elementos concretos extraídos dos autos, da efetiva necessidade da internação provisória, o que evidencia a ilegalidade na determinação da medida cautelar, mormente se

considerada a inexistência de atos infracionais pretéritos cometidos pelo paciente.

3. Ordem concedida.

(HC 511.993/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019)

No caso concreto, todavia, nenhuma das hipóteses legais foi indicada pela Corte estadual como fundamento para a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ante o exposto, **defiro** o pedido de liminar para suspender a decisão que determinou a imposição de medida socioeducativa de internação ao paciente até o julgamento final do presente *writ*, sem prejuízo da imposição de medida diversa, salvo se por outro motivo estiver internado.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência